

RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.094 - CE (2019/0038959-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : ANASTÁCIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO E OUTRO(S)
- PB008502
CAIO CESAR VIEIRA ROCHA - PB015095
WILSON SALES BELCHIOR - SC029708
FÁBIO ZECH SYLVESTRE - CE019215
DÉBORAH SALES BELCHIOR - PB009687A
RECORRIDO : NUTRISA - NUTRIMENTO AGROPASTORIL S/A
RECORRIDO : ROBERTO SOARES PESSOA JUNIOR
RECORRIDO : FERNANDA ENEIDA PESSOA CARACAS DE SOUZA
RECORRIDO : ROBERTO SOARES PESSOA
RECORRIDO : MARIA JOSE JOVENTINO PESSOA
ADVOGADO : FRANCISCO JOSE FONSECA MOTA E OUTRO(S) - CE003404

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PROCESSUAL DA PARTE EMBARGADA. PROCEDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ASSUNÇÃO, PELO ESTADO DO CEARÁ, DOS CRÉDITOS OBJETO DE AÇÃO EXECUTIVA EM FACE DA EXTINÇÃO DO BANCO DO ESTADO DO CEARÁ S/A. RECURSO ACLARATÓRIO CONHECIDO E PROVIDO. NULIDADE DO ACÓRDÃO DECRETADA.

1. Consoante se vê da escritura pública de contrato de promessa de cessão de créditos de fls. 179/183, celebrado em maio de 1999 entre o extinto Banco do Estado do Ceará S.A. e o Estado do Ceará, este último sub-rogou-se de todos os créditos inscritos junto à referida instituição financeira, na condição de "baixados do ativo como de difícil recuperação ou em liquidação", aí se inserindo, por certo, a cédula creditício objeto da execução embargada.

2. Como cediço, desde 2005 o controle acionário do Banco do Estado do Ceará S.A. ficou a cargo do grupo econômico encabeçado pelo Banco BRADESCO S.A. Na hipótese, o Banco do Estado do Ceará S.A. deixou de existir, ficando seu patrimônio líquido sob o controle do referido conglomerado econômico, passando a assumir, a partir daí, a denominação de Banco BEC S.A., sociedade empresária privada

autônoma, diversa, portanto, daquela que iniciou a demanda executiva.

3. Destarte, avulta impossível que o Banco BE S.A., na sua atual configuração jurídica, permaneça no polo ativo da ação de execução, porquanto, sendo pessoa jurídica totalmente diversa daquela que iniciou a demanda, não dispõe de legitimidade para nela prosseguir, seja na qualidade, de sucessor seja na condição de substituto do extinto Banco do Estado do Ceará S.A..

4. Com efeito, com a extinção do Banco do Estado do Ceará S.A. em 2005, cumpriria ao Estado do Ceará ingressar nestes autos, assumindo o crédito por si adquirido, integrando, dessarte, o polo ativo da ação executiva e o polo passivo da ação de embargos do devedor.

5. Consigne-se que, entre 2006 até o momento presente, a relação processual em tablado padece de d flagrante irregularidade, a ensejar, inclusive, a decretação da nulidade dos atos praticados, inclusive o acórdão aqui impugnado.

6. Compete ao magistrado, a todo tempo, velar pela presença dos pressupostos processuais e condições da ação, de molde a resguardar a eficácia da instrução e a adequação do provimento jurisdicional vindicado pelas partes.

7. Embargos declaratórios conhecidos e providos, para decretar a nulidade do acórdão embargado, chamando-se o feito a ordem para que se proceda à intimação do Estado do Ceará a fim de que este ingresse nos autos e integre a relação processual em tablado.

Contra o referido acórdão, o ora agravante opôs embargos de declaração, afirmando que a Corte de origem, a despeito de ter examinado escritura pública de contrato de promessa de cessão de créditos do extinto BEC - Banco do Estado do Ceará S.A. (incorporado pelo Banco Bradesco S.A.) não se manifestou acerca de quais documentos permitam aferir que a cédula de crédito industrial objeto da execução se inclui no rol dos créditos "baixados do ativo como de difícil recuperação ou em liquidação", não bastando como prova para afastar a legitimidade ativa da recorrente a singela expressão segundo a qual "aí se insere, por certo, a cédula creditício objeto da execução embargada".

Ocorre que a Corte de origem deixou de examinar as alegações do recorrente, que podem alterar substancialmente o resultado do julgamento, evidenciando-se a violação ao art. 535 do CPC.

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno do autos para que o Tribunal de Justiça do Ceará supra as omissões acima anotadas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora